

Análise da Política de Ensino Gratuito em Moçambique

Análise da Política de Ensino Gratuito em Moçambique

RESUMO

A política de ensino gratuito em Moçambique constitui uma estratégia fundamental para assegurar o acesso universal à educação básica, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades. Este estudo analisa a implementação desta política na província de Manica, com enfoque na Escola Secundária de Vanduzi, destacando benefícios, desafios e percepções da comunidade escolar. Os resultados indicam que, apesar do aumento da matrícula escolar, persistem desafios relacionados com a insuficiência de infra-estruturas, a carência de professores qualificados e a falta de materiais didácticos. O estudo conclui que o sucesso da política de ensino gratuito depende de uma gestão escolar eficiente, de um financiamento adequado e de investimentos contínuos em formação docente e modernização das condições de ensino.

Palavras-chave: Ensino gratuito, Política educacional, Manica, Gestão escolar, Qualidade do ensino.

Abstract

The free education policy in Mozambique constitutes a fundamental strategy to ensure universal access to basic education, promoting social inclusion and reducing inequalities. **This study analyzes the implementation of this policy in Manica province, focusing on Vanduzi Secondary School**, highlighting benefits, challenges, and perceptions of the school community. The results indicate that, despite the increase in school enrolment, challenges persist, particularly related to insufficient infrastructure, lack of qualified teachers, and shortage of teaching materials. The study concludes that the success of the free education policy depends on efficient school management, adequate funding, and continuous investment in teacher training and modernization of school conditions.

Keywords: Free education, Educational policy, Manica, School management, Education quality.



Rua: Comandante Gaivão nº 688
C.P.: 821
Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>
Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>
Email: reid@ucm.ac.mz
Tel.: (+258) 23 324 809
Fax: (+258) 23 324 858
Beira, Moçambique

Introdução

Este artigo analisa a política de ensino gratuito em Moçambique, tendo como objecto de estudo a sua implementação na província de Manica, com foco específico na Escola Secundária de Vanduzi. O estudo tem como objectivos compreender como a política é aplicada nesta escola, identificar benefícios e desafios enfrentados pela comunidade escolar e propor recomendações para melhorar a sua eficácia. A política de ensino gratuito, prevista na Política Nacional de Educação (1995) e consolidada na Lei do Sistema Nacional de Educação (Lei nº 18/2018), visa garantir o acesso universal à educação básica e reduzir as desigualdades sociais e regionais, num contexto marcado por elevadas taxas de analfabetismo e pobreza. No entanto, a realidade das escolas públicas moçambicanas, incluindo a Escola Secundária de Vanduzi, revela desafios estruturais que comprometem a qualidade do ensino. A relevância deste estudo reside na análise concreta de uma escola específica, permitindo compreender como as directrizes políticas se materializam na prática pedagógica e como são percepcionadas por gestores, professores, alunos e encarregados de educação. Metodologicamente, o estudo adoptou uma abordagem qualitativa, recorrendo à análise documental, entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário aplicados na escola-alvo. O artigo está organizado em cinco partes: introdução; revisão bibliográfica sobre políticas educacionais e ensino gratuito; fundamentação teórica sobre o papel da educação gratuita; discussão dos resultados da pesquisa na Escola Secundária de Vanduzi; e, por fim, a conclusão e recomendações para aprimorar a implementação da política.

As políticas educacionais representam um conjunto de directrizes e acções governamentais que visam regulamentar e melhorar o sistema de ensino, garantindo equidade, acessibilidade e qualidade. Tais políticas não surgem do nada, mas são formuladas a partir de diagnósticos sobre as fragilidades e potencialidades do sistema educacional, com o objectivo de estabelecer metas claras para o seu aprimoramento. Em Moçambique, na base da constituição de 1990, a educação é vista como um direito fundamental que deve estar ao alcance de todos os cidadãos, sendo um dos pilares para o desenvolvimento do país. A Política Nacional da Educação de Moçambique de 1995, conforme defendido pela maioria dos estudiosos, sublinha a importância da educação básica como um direito universal e gratuito, reconhecendo a educação como instrumento para o crescimento económico e social (Moçambique, 1995). Esta direcção governamental alinha-se com recomendações internacionais que defendem a educação como um direito humano básico, acessível a todos, independentemente das condições económicas, culturais e sociais.

A Política Nacional de Educação e o Ensino Gratuito

A implementação prática da política enfrenta desafios significativos, conforme referido por Massimaculo (2015), que destaca as dificuldades na efectivação destas políticas nas escolas moçambicanas, sobretudo no que se refere à diversidade cultural e à inclusão social. Segundo Massimaculo (2015), a aplicação da Lei do Sistema Nacional de Educação de 2003, que garante o direito universal e gratuito à educação básica, tem sido limitada por factores como a falta de infraestruturas adequadas, escassez de professores qualificados e investimentos insuficientes. Estes elementos dificultam a implementação eficaz da política e comprometem a qualidade da educação oferecida. A superlotação das salas de aula, a falta de materiais didáticos e a ausência de

formação contínua para os docentes são apontados como obstáculos persistentes (Massimaculo, 2015, p. 13)

Qualidade do Ensino e Desafios de Implementação

Basilio (2013) complementa este debate, sublinhando que a qualidade da educação não depende apenas da alocação de recursos, mas da forma como estes são geridos. O autor argumenta que uma gestão escolar eficiente, adaptada às especificidades locais, é essencial para o sucesso da política de ensino gratuito. Basilio (2013) também reforça a importância da formação contínua de professores, da adequação curricular às necessidades da sociedade e da distribuição gratuita de materiais escolares, destacando que:

A oferta da educação de qualidade centraliza-se na formação contínua dos professores, na distribuição gratuita do material escolar e na reforma curricular, que implica a redefinição de conteúdos com o objectivo de dinamizar uma aprendizagem relevante e significativa (Basilio, 2013, p. 284).

O Papel das TIC na Educação e sua Contribuição para o Ensino Gratuito

Pessuro (2022) acrescenta uma perspectiva relevante ao apontar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas estratégicas para elevar a qualidade do ensino e reduzir desigualdades regionais. O autor defende que, em regiões mais remotas, as TIC são fundamentais para facilitar o acesso a materiais didácticos e permitir interacções pedagógicas inovadoras. No entanto, a implementação das TIC nas escolas moçambicanas enfrenta barreiras como a ausência de infra-estruturas tecnológicas, a falta de acesso à electricidade e a carência de formação específica para professores. Pessuro (2022) reforça que a integração bem-sucedida das TIC depende de uma combinação entre investimentos materiais e capacitação docente adequada: “O sector da Educação em Moçambique deve quebrar a turbulência que compromete a integração das TICs na sociedade do conhecimento” (Pessuro, 2022, p. 13).

Fundamentação Teórica da Política de Ensino Gratuito e o Enquadramento Legal da Política de Ensino Gratuito

A política de ensino gratuito em Moçambique visa promover a inclusão social e a educação para todos, com o intuito de combater o analfabetismo e reduzir as desigualdades educacionais. A Lei do Sistema Nacional de Educação (Lei nº 18/2018) estabelece que a educação básica compreende o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário, garantindo a sua gratuidade nas escolas públicas (República de Moçambique, 2018, p. 20, Art. 6, nº 2; p. 21, Art. 8, nº 1). Além disso, determina que a escolaridade obrigatória abrange da 1^a à 9^a classes (República de Moçambique, 2018, p. 21, Art. 7, nº 1). No entanto, é essencial entender que a implementação desta política não é simples, pois exige análises críticas sobre a sua eficácia, especialmente considerando os desafios enfrentados pelo país, como a insuficiência de recursos e a falta de infra-estruturas adequadas (República de Moçambique, 2018, p. 20, Art. 5, alínea b).

Ensino Gratuito e Inclusão Social

Para Manning (2015), uma política educacional eficaz deve ser flexível e adaptável às mudanças sociais e económicas, o que implica a necessidade de ajustes contínuos no sistema de ensino. O autor defende que, embora o acesso à educação seja um ponto crucial, a qualidade do ensino também precisa ser uma prioridade. Ele ressalta que uma política de ensino gratuito não pode limitar-se apenas a aumentar as matrículas, mas deve também garantir a melhoria das condições de aprendizagem, como a formação de professores e a disponibilização de recursos pedagógicos (Manning, 2015, p. 157). Essa ideia reforça a conexão entre inclusão social e qualidade educativa, destacando que garantir o acesso sem assegurar a qualidade pode resultar em exclusão pedagógica.

Financiamento da Educação Básica e sua Sustentabilidade

Wineburg (2010) argumenta que a simples expansão do acesso escolar, sem investimentos paralelos em qualidade, pode sobrecarregar o sistema educacional, resultando em salas superlotadas e falta de materiais didáticos. Ele reforça que a qualidade da educação depende da gestão eficiente e do suporte contínuo aos professores. Gonçalves (2024) vai além e propõe a criação de um Fundo de Investimento na Educação Básica, financiado com recursos internos, como mecanismo para garantir a sustentabilidade financeira da política de ensino gratuito. Este fundo seria complementar ao actual Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), já em funcionamento, e permitiria uma planificação mais efectiva para cobrir infra-estruturas, materiais e programas de formação docente.

Gestão Escolar e Qualidade do Ensino

Basilio e Zita (2022) destacam que a educação básica deve ser vista não apenas como um direito formal, mas como um mecanismo essencial para promover a equidade e a mobilidade social. Contudo, os autores alertam que existe uma discrepância significativa entre o que é prometido pelas políticas públicas e o que efectivamente acontece nas escolas. Eles afirmam que a ausência de uma gestão escolar eficiente agrava os desafios, pois a falta de autonomia das escolas, a fraca formação de gestores e a centralização excessiva prejudicam a implementação adequada da política (Basilio & Zita, 2022, p. 28). Em paralelo, a escassez de professores qualificados e de recursos pedagógicos adequados compromete directamente a qualidade do ensino, tornando a universalização da educação um objectivo difícil de alcançar (Basilio & Zita, 2022, p. 44).

Em síntese, a fundamentação teórica revela que o ensino gratuito em Moçambique é uma política de inclusão social indispensável, mas que enfrenta sérias limitações devido à falta de recursos financeiros sustentáveis, problemas estruturais nas escolas e uma gestão pouco adaptada às realidades locais. Para que o ensino gratuito cumpra o seu verdadeiro papel transformador, será necessário equilibrar o acesso com a qualidade, através de uma combinação de financiamento adequado, gestão escolar eficiente e investimento contínuo na formação de professores e na modernização dos recursos pedagógicos, incluindo a integração de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Discussão dos Resultados

A implementação da política de ensino gratuito em Moçambique tem facilitado o acesso à educação, permitindo que milhares de crianças e jovens ingressem no sistema educativo. No entanto, a realidade concreta das escolas, incluindo a Escola Secundária de Vanduzi, revela múltiplos desafios. Observa-se uma grande procura por vagas, mas a insuficiência de infra-estruturas adequadas e a escassez de materiais didácticos limitam a capacidade de resposta da escola. Conforme apontam Basilio (2013) e Massimaculo (2015), a qualidade do ensino não pode ser negligenciada durante a expansão do acesso, sob pena de comprometer o próprio direito à educação.

Na prática, o crescimento do número de matrículas não tem sido acompanhado por investimentos proporcionais nas condições de ensino. Professores lidam com turmas superlotadas, o que inviabiliza abordagens pedagógicas centradas no aluno e dificulta o acompanhamento individualizado. Além disso, a escassez de recursos didácticos e pedagógicos agrava ainda mais essa situação, comprometendo a qualidade efectiva do ensino e a retenção de aprendizagens significativas.

A gratuitidade do ensino constitui um avanço essencial para a promoção da inclusão social, garantindo que crianças e jovens de famílias economicamente desfavorecidas tenham acesso à escola. No entanto, como destaca Pessuro (2022), a qualidade do ensino permanece um desafio central. A inserção de tecnologias educacionais é apontada como uma estratégia promissora para melhorar a qualidade, sobretudo em regiões rurais ou periféricas, onde o acesso a materiais e professores qualificados é mais difícil.

Contudo, a implementação das TIC enfrenta obstáculos significativos. A falta de infra-estruturas eléctricas em algumas escolas, a carência de equipamentos como computadores e o acesso limitado à internet dificultam a adopção de soluções tecnológicas modernas. Isso demonstra que a expansão do acesso deve ser acompanhada de investimentos robustos em modernização tecnológica e capacitação digital dos professores.

Quanto a percepção da Comunidade sobre a Política de Ensino Gratuito

O estudo refere que a comunidade escolar reconhece os benefícios trazidos pela política de ensino gratuito, mas expressa preocupações relacionadas à qualidade do ensino oferecido. Para Basilio & Zita (2022), a educação gratuita é um direito legalmente garantido, mas a sua implementação prática continua desigual, perpetuando, assim, formas de exclusão.

Pais e encarregados de educação apontam a superlotação das salas, a falta de professores qualificados e a escassez de materiais como factores que comprometem a aprendizagem efectiva. Além disso, apesar da gratuidade formal, os custos indirectos da educação (transporte, uniformes e materiais complementares) ainda representam um fardo significativo para as famílias de baixa renda, o que acaba por limitar a efectiva universalização do direito à educação.

Opinião dos Gestores Escolares sobre a Implementação da Política

Em relação a opinião sobre a implementação da política, os gestores escolares, responsáveis pela aplicação concreta da política nas unidades de ensino, sublinham a falta de financiamento adequado como o principal entrave à sua eficácia. Essa limitação afecta a aquisição de materiais didácticos, a manutenção das infra-estruturas escolares e a realização de acções regulares de formação contínua para os docentes.

Gonçalves (2024) sugere que a criação de um fundo específico para a educação básica poderia constituir uma resposta estruturante a esses desafios financeiros. Para os gestores da Escola Secundária de Vanduzi, a falta de professores qualificados é também uma preocupação constante, agravada pela elevada rotatividade docente, que prejudica a continuidade pedagógica e a consolidação das práticas de ensino.

No que diz respeito as melhorias necessárias na implementação da Política o estudo revelou que, para que a política de ensino gratuito seja efectivamente promotora de inclusão e qualidade, são necessárias as seguintes melhorias:

- Aumento do financiamento para infra-estruturas escolares e aquisição de materiais didácticos;
- Programas regulares e eficazes de capacitação docente;
- Distribuição equitativa de recursos entre escolas urbanas e rurais;
- Inserção efectiva das TIC no processo de ensino-aprendizagem, conforme proposto por Pessuro (2022);
- Monitoria contínua da implementação da política, com avaliações periódicas para identificação de falhas e oportunidades de melhoria;
- Programas de apoio social e psicológico para estudantes em situação de vulnerabilidade, visando combater a evasão escolar.

Neste sentido, os elementos que deveriam ser removidos na implementação da Política são:

- Redução da burocracia no acesso aos fundos escolares, garantindo maior autonomia de gestão às escolas;
- Revisão das regras de distribuição de alunos, de modo a evitar a superlotação e promover a equidade no acesso às condições de aprendizagem;
- Criação de mecanismos regulares de avaliação das condições infra-estruturais e pedagógicas das escolas;
- Ampliação da autonomia pedagógica das escolas, permitindo adaptações curriculares em função das realidades locais e regionais.

A análise demonstra que a política de ensino gratuito é um instrumento indispensável de inclusão social em Moçambique. Todavia, o seu sucesso depende da conjugação entre acesso e qualidade. Neste sentido, comprehende-se que o ensino gratuito deve ser acompanhado por

investimentos estruturais, formação docente consistente e redistribuição equitativa de recursos pedagógicos e tecnológicos. A introdução progressiva das TIC, aliada à melhoria das condições de trabalho dos professores e à participação activa da comunidade escolar, pode ser determinante para transformar essa política numa verdadeira alavanca para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Considerações Finais

A política de ensino gratuito representa um marco significativo na promoção do direito à educação em Moçambique, especialmente ao permitir que crianças e jovens de famílias desfavorecidas tenham acesso à escola. No entanto, a análise realizada demonstrou que o simples aumento do número de matrículas não é suficiente para garantir o sucesso educacional. A qualidade do ensino continua a ser prejudicada por desafios estruturais, incluindo a escassez de infra-estruturas adequadas, a falta de professores qualificados e a insuficiência de recursos pedagógicos e tecnológicos.

Para que esta política atinja o seu potencial máximo, torna-se indispensável um compromisso contínuo do Governo e da sociedade em geral, traduzido em investimentos sustentados e numa gestão escolar eficiente. A modernização das infra-estruturas escolares, a capacitação contínua dos professores, a distribuição equitativa de materiais didácticos e a integração efectiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo pedagógico são elementos essenciais para garantir que a política de ensino gratuito contribua efectivamente para uma educação de qualidade.

Conclui-se que a política de ensino gratuito deve ir além da promoção do acesso à escola, devendo igualmente priorizar a permanência e o sucesso escolar. Apenas com esse equilíbrio entre quantidade e qualidade será possível transformar a educação num verdadeiro instrumento de inclusão social, redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável em Moçambique.

Enfim, com base nos resultados e reflexões deste estudo, apresentam-se as seguintes recomendações:

- Reforçar o financiamento específico para a educação básica, assegurando recursos suficientes para infra-estruturas, materiais pedagógicos e programas de formação docente.
- Implementar programas regulares de capacitação contínua para professores, com foco em metodologias activas, TIC e ensino inclusivo.
- Promover a distribuição equitativa de recursos entre escolas urbanas e rurais, combatendo assimetrias regionais.
- Incentivar a integração das TIC no ensino, com dotação tecnológica adequada e programas de formação digital para docentes e alunos.
- Criar mecanismos permanentes de monitoria e avaliação da implementação da política de ensino gratuito, permitindo ajustes e melhorias em tempo útil.

- Envolver activamente as comunidades locais na gestão escolar, reforçando a participação dos encarregados de educação na definição de prioridades e na avaliação da qualidade do ensino.
- Desenvolver programas específicos de apoio a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconómica, com bolsas de estudo, alimentação escolar e transporte gratuito.

Com estas recomendações , será possível assegurar que a política de ensino gratuito não apenas amplia o acesso à educação, mas também contribui de forma decisiva para a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente transformadora.

Referências Bibliográficas

- Basilio, G. (2013). As políticas educacionais e o ensino em questão. *Curriculum: Revista de Educação*, 14(2), 273-290. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/download/29932/23015/90715>
- Basilio, G., & Zita, A. M. (2022). Educação básica em Moçambique: significados conceptuais, direito e políticas educativas. *Kwanissa Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, 5(12), 26-47. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/361761630 EDUCACAO BASICA EM MOCAMBIQUE significados conceptuais direito e politicas educativas](https://www.researchgate.net/publication/361761630_EDUCACAO_BASICA_EM_MOCAMBIQUE_significados_conceptuais_direito_e_politicas_educativas)
- Gonçalves, A. C. P. (2024). O direito à educação e a extensão da obrigatoriedade da educação básica em Moçambique. *Revista Educação em Foco*, 24(3), 35-40. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/download/e29030/27824/199485>
- Manning, P. (2015). The African Diaspora and the Globalization of Historical Thinking. In J. R. Lee & J. L. Luby (Eds.), *Histories of the Future: Critical Reflections on History Education*. Routledge.
- Massimaculo, A. (2015). Políticas educativas para a educação básica em escolas do Município de Nampula, Moçambique. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/55615737.pdf>
- Moçambique. (1995). *Política Nacional da Educação*. Ministério da Educação.
- Pessuro, G. P. (2022). Política educacional em Moçambique diante das Tecnologias de Informação e Comunicação. *Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional*, 3(1), e022008. <https://doi.org/10.51281/impa.e022008>
- República de Moçambique. (2018). *Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro*. Boletim da República, I Série, nº 243, 20-25. Recuperado de <https://www.mined.gov.mz/assets/docs/lei-do-sistema-nacional-de-educacao.pdf>
- Wineburg, S. (2010). Teaching the test or teaching history? In S. Wineburg & D. L. Martin (Eds.), *Historical thinking and other unnatural acts*. Temple University Press.